



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

PROGRAMA ANALÍTICO

DISCIPLINA

Código: TR 403	Nome: Legislação Ambiental I
Créditos*: 04	Carga Horária: 04 cr, 03T:01 P, carga horária total 60h

**Cada crédito Teórico ou Prático corresponde a 15 horas-aula*

DEPARTAMENTO DE: DIREITO, HUMANAS E LETRAS

INSTITUTO DE: INSTITUTO TRÊS RIOS

PROFESSOR(ES): KÊNIA CRISTINA PONTES MAIA. Matrícula: 1880391

e-mail:keniacpm@yahoo.com.br

OBJETIVOS:

Apresentar aos discentes, conhecimento teórico básico afim de possibilitar análise crítica sobre as questões ambientais contemporâneas. Aperfeiçoar sua percepção sobre o contexto político social das questões ambientais; aprimorar as capacidades de análise e aplicação legal doutrinária e jurisprudencial das normas ambientais em vigor.

EMENTA:

Norma e ordenamento jurídico (noções de formação, concepções e nomenclatura jurídica). Conceito de Direito Ambiental. A proteção jurídica do meio ambiente em perspectiva histórica; Perspectivas política e social da proteção ambiental nos planos nacional e internacional; O surgimento do meio ambiente como direito difuso; O meio ambiente na Constituição; Princípios Constitucionais Ambientais; Sistema Nacional do Meio Ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I – Norma Jurídica.

- 1.1 - Conceitos, Características e Classificação.
- 1.2 - Validade, Vigência e eficácia das normas.

II – Conceito de Direito Ambiental.

- 2.1 – Origem, Fontes, Doutrina e Jurisprudência.
- 2.2 – Princípios Ambientais e seus mecanismos.

III - Direito e Meio Ambiente.

- 1.1. O meio ambiente como bem jurídico objeto de tutela diversificada.
- 1.2. A proteção do meio ambiente como princípios da ordem social e econômica
- 1.3. A proteção ambiental no plano internacional.
- 1.3. A proteção ambiental na legislação do Brasil.

II – O meio ambiente na Constituição.

2.1 Significado do termo para a Constituição

2.1.1 Patrimônio ambiental e Bens ambientais

2.2 Proteção constitucional do meio ambiente: art.225.

2.3 Princípios Constitucionais.

2.4 Competência legislativa e administrativa em matéria ambiental.

2.5 Poderes administrativos ambientais.

BIBLIOGRAFIA: *(usar normas ABNT para as citações)*

BÁSICA:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 12ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

MILARÉ, Edis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 7ª edição. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2011.

Vade Mecum. São Paulo, 7ªed. RT, 2013.

COMPLEMENTAR:

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, LEITE, José Rubens Morato. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. São Paulo. Saraiva, 2007.

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

ARAÚJO, Gisele Ferreira de. Direito Ambiental. São Paulo. Atlas, 2008.

MAZZILI, Hugo Nigro. A Defesa dos Interesses em Juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. São Paulo: Saraiva, 2008.

PERÍODICOS CIENTÍFICOS E OUTROS (opcional)

O conteúdo do programa pode ser respaldado por bibliografia adequada e atual, que inclua periódicos e textos científicos de revisão relevantes na área de conhecimento da disciplina.